

# Lutas operárias, desenvolvimento, capitalismo e teoria econômica

Pedro Antônio Vieira

*Professor do Departamento de Economia da UFSC e Doutor em Economia pela Universidade Nacional Autônoma do México*

## Introdução

No seu longo caminho para constituir-se como ciência, o pensamento econômico teve que abandonar suas iniciais relações com a política e com a ética, para revestir-se da objetividade e neutralidade que se requer de uma explicação científica, cujo fim é a busca da verdade.

Segundo esta perspectiva, as atividades econômicas (produção, distribuição, consumo dos bens e serviços) se comportam segundo leis objetivas, podendo ser isoladas de motivações políticas, religiosas, morais, etc. O abandono da expressão "Economia Política" em favor do termo "Economia" (Economics), pode ser visto como uma expressão deste processo de "descontaminação" empreendido pelas correntes de pensamento dominantes.

Em sua obsessão por entrar no seleto clube das teorias científicas é compreensível que a teoria econômica burguesa não pudesse reconhecer o papel do jogo político nos assuntos econômicos. Menos compreensível é que a Economia Política e mesmo a corrente marxista, tenha trilhado pelo mesmo caminho, ao não incluir explicitamente a influência das lutas operárias no desenvolvimento do capitalismo, apesar de seu conceito chave ser o trabalho.

Com base em diversos autores, este artigo reúne argumentos para mostrar que os rumos tomados pelo capitalismo foram sendo definidos ao longo de sua história, em função das reações e pressões que a classe trabalhadora exercia sobre o capitalistas.

Para tanto, na segunda seção se argumenta que a adoção do trabalho como categoria fundamenta de análise, não resulta de uma dedução lógica, mas sim de uma opção de classe.

Esta opção política leva a interpretar a sociedade capitalista com o conceito de mais-valia e considerar o conflito capital-trabalho como inevitável (seção III).

Depois de expor brevemente as dificuldades que o marxismo enfrentou para incorporar as lutas

operárias em sua explicação do capitalismo (IV seção), se resume as principais contribuições dos autores que podem ser considerados como os componentes de uma corrente que pode ser chamada de "marxismo da luta de classes" (V seção). A sexta seção ilustra como o movimento operário repercutiu na teoria econômica Keynesiana.

## A reflexão baseada no trabalho como uma opção prática

Na teoria social de Marx, o trabalho ocupa uma posição central e não somente por ser a substância do valor. Se fosse assim, este autor seria apenas um continuador crítico dos clássicos. A diferença é muito mais profunda. Para ele, além de ser "atividade natural e eterna do homem" o trabalho é a atividade através da qual a espécie humana vem se constituindo como tal.

Quando aplicada à sociedade capitalista, o papel fundador do trabalho aparece em um conjunto de conceitos, todos referidos ao trabalho: trabalho necessário/excedente, trabalho vivo/morto, força de trabalho, instrumento de trabalho, objeto de trabalho, etc. . O próprio trabalho, como atividade, é definido por Marx, aparentemente de forma tautológica, como "o uso da força de trabalho".

O conceito de força de trabalho, que Arendt (1981) qualifica como o "elemento mais revolucionário" do sistema de Marx, permitiu expressar conceitualmente sua convicção de que a ação dos trabalhadores é o motor, o demiurgo da sociedade. E de onde provém esta potencialidade criadora? Ela é inata, e "não reside em qualquer um dos produtos do labor, mas na «força» humana, cuja intensidade não se esgota depois que ela produz os meios de sua subsistência e sobrevivência, mas é capaz de produzir um «excedente», isto é, mais do que o necessário à sua «reprodução»" (ibíd.:99).

Imputar esta qualidade unicamente à força de trabalho é uma opção política, um vez que, expres-

sando as práticas dos capitalistas e de outras classes sociais, os diferentes autores atribuem o papel criador a outros elementos. Para os fisiocratas a natureza seria a fonte de toda produtividade, enquanto para Smith este privilégio cabia à divisão do trabalho. Já Ricardo incluía o lucro entre os formadores do valor.

De acordo com João Bernardo, foi a partir da aceitação da existência da exploração e da alienação na produção, que Marx construiu seu sistema interpretativo. Para analisar a produção enquanto cisão é preciso...passar do conceito de trabalho ao conceito de tempo de trabalho, já que no produto final se confundem os resultados do trabalho necessário e os do sobretrabalho, apenas distinguíveis na ótica da produção enquanto processo" (Bernardo, 1991:59).

É relevante esclarecer que na teoria da praxis -e esta é outra distinção importante entre Marx e os economistas clássicos- o trabalho é entendido como ação da força de trabalho, enquanto para a economia política o trabalho era um insumo que se incorporava ao produto. Refletindo a prática e os interesses dos capitalistas, cujos olhos estão voltados para a realização, os economistas clássicos enfocavam a produção a partir de seus resultados, preocupando-se com o valor das mercadorias. Marx enfocou a produção como tal, porque nela se materializava a atividade vital dos trabalhadores. Nesta perspectiva a produção é um fim em si mesmo e não um meio, como o é para os compradores da força de trabalho.

Este giro implementado por Marx implica uma imensa divergência com a concepção clássica do valor, divergência que o uso do vocábulo "trabalho" tende a ocultar. Por este motivo Bernardo prefere empregar a expressão "valor-trabalho" para designar a teoria clássica do valor e "valor tempo- de trabalho" para a proposta de Marx.

Como consequência das colocações anteriores, é possível alterar as posições que os conceitos de valor e de mais valia ocupam no sistema de Marx, pelo menos em O Capital.

Nesta obra, Marx começa expondo sua teoria do valor e somente na seção terceira (Produção da Mais Valia Absoluta) introduz o conceito de mais valia. Tal sequência sugere que o valor precede lógica e historicamente a mais valia, proposição esta que naturaliza o valor, que seria uma categoria capaz de explicar o funcionamento de outras organizações sociais que não o capitalismo.

Este procedimento é criticado por Bernardo (1977,

1991)<sup>3</sup> porque encerra a pretensão de colocar a teoria de Marx por cima dos interesses de classes, para constituir-se como expressão de uma verdade última. Por esta razão, argumenta Bernardo, Marx apresenta sua concepção do valor e da mais valia como derivações de operações lógicas, científicas, e não como produtos de uma opção prática.<sup>4</sup>

### III- A perspectiva da mais-valia

A opção metodológica de colocar o conceito de mais valia no lugar de pedra fundamental de uma teoria que pensa a sociedade a partir da prática operária obriga a considerar "que todos os mecanismos econômicos da sociedade contemporânea são, ou forma da mais valia ou seus aspectos subsidiários" (Bernardo, 1991:62).<sup>5</sup>

Esta perspectiva permite iluminar aspectos que a teoria econômica burguesa e mesmo certas interpretações marxistas deixavam às escuras.

O primeiro que merece ser destacado é que as classes sociais se definem pela função que ocupam no processo de trabalho, uma como produtora da mais valia e outra como sua apropriadora. Esta situação configura uma relação social bipolar, imediatamente desigual hierarquizada com relação à produção e à apropriação dos produtos, dando origem a classes sociais antagônicas. Assim a cisão que se verifica em outros âmbitos da vida social tem sua origem no próprio processo produtivo.

Esta situação, que configura a exploração, mais a impossibilidade de determinar de antemão a quantidade do sobre trabalho, fazem com que o conflito seja uma componente inseparável da relação capital-trabalho. Para evitar o excessivo desgaste de suas forças vitais, os trabalhadores lançam mão das mais variadas armas: organização coletiva, sabotagem individual da produção, consumo de drogas no trabalho, etc. . Além destas formas "negativas", a reação à exploração pode revestir formas de negação da condição de "ser para o capital", como a criação de criar relações pessoais, manifestações culturais, tipos de organização, e outras iniciativas que conduzem ao desenvolvimentos pleno das personalidades dos trabalhadores enquanto indivíduos sociais e não como elementos do capital.

### As ambigüidades do Marxismo frente ao papel da luta de classes

Como se verá na sequência, um bom número de autores analisou o papel das lutas operárias no desenvolvimento do capitalismo.

Depois de argumentar que os cientistas políticos mostraram como as crises e a luta de classes determinaram a formação da estruturas estatais modernas, O'Connor (1987:37) afirma que "neste sentido não só a sociologia econômica, mas também a economia e a sociologia política se mantêm em estado rudimentar". No que diz respeito à Economia, convém deixar falar a Mike Davis, citado por O'Connor (ibíd):

O subdesenvolvimento da história econômica repercute na história do trabalho como ausência de um nível teórico que vincule as lutas de classe com suas determinações estruturais (parciais) no processo de acumulação, assim como, inversamente, a ausência de uma teoria do papel da luta de classes no desenvolvimento dos EUA.

No seio do Marxismo veio se formando uma corrente de pensamento que se propõe interpretar o capitalismo a partir das lutas operárias ou do antagonismo capital-trabalho, o que, pelo menos em parte, exige recusar que a dinâmica da sociedade seja atribuída a leis independentes das subjetividades humanas -objetivas por tanto-, e por isso passíveis de serem descobertas pela ciência.

Não é difícil imaginar a oposição que tal colocação encontra no interior do marxismo, onde é muito forte a corrente que postula a existência de leis objetivas. Mandel (1979:23) se propõe explicar os cem últimos anos do capitalismo "como uma história determinada em última instância por suas leis 'abstratas' de movimento".

Em uma oposição completamente oposta, Cleaver (1985) critica a leitura de O Capital como uma obra de Economia Política, leitura feita nos anos 20 e 30 deste por autores Grossman, Bauer e Pannekoek e que mais recentemente foi revitalizada por economistas como Baran, Sweezy, Mattick e o próprio Mandel.<sup>6</sup>

O título do mencionado livro de Cleaver ("Uma leitura política de O Capital) indica que o autor vai por outros caminhos. Por leitura política o autor designa a interpretação de O Capital que objetiva oferecer à classe trabalhadora elementos que permitam "aclarar o alcance e estrutura de seu próprio poder e estratégia" (ibíd.:72).

Ao colocar-se nesta posição, o autor é levado a impugnar a existência de qualquer realidade objetiva e também a existência de leis de movimento:

**Sempre existem duas perspectivas, a do capital e a da classe trabalhadora! A análise de toda**

categoria e todo fenômeno deve ter dois lados; não há nenhum lugar objetivo além destas duas perspectivas. (...) O reconhecimento do caráter inevitavelmente duplo da análise não só reflete a luta de classes, como também a reproduz. (ibíd.:170, negritas no original)

Negando-se a aceitar que os conceitos utilizados para interpretar a vida social possam ser neutros em relação aos interesses das classes fundamentais -capitalistas e operários- o autor não pode evitar bater de frente com Marx. Se para este o capitalismo se desenvolveria segundo suas leis internas, que estariam expostas em O Capital, para Cleaver o conteúdo deste livro "São as 'regras do jogo' estabelecidas pelo capital".

Preocupado com os efeitos que a aceitação de leis objetivas, independentes da vontade humana, possa trazer para a disposição de luta dos trabalhadores, o mencionado autor impugna a existência de determinações externas às duas classes fundamentais.<sup>7</sup>

Também O'Connor (1987) reduz a força das leis de movimento. Ao argumentar que os desejos e objetivos das velhas classes trabalhadoras não eram alcançados por suas ações, ele conclui que as discrepâncias entre os propósitos e os resultados das ações deixaram "impressão de que o desenvolvimento capitalista procedia de acordo com suas próprias leis de movimento" (O'Connor, 1987:64).<sup>8</sup>

Cleaver (1985) faz uma detalhada revisão de várias correntes do marxismo para mostrar como a maioria delas não pode ver o poder autônomo dos trabalhadores, que sempre foram analisados como estando inteiramente submetidos ao capital, o qual deteria todo o poder.

Castoriadis também compartilha esta crítica e observa que as lutas quotidianas e autônomas dos trabalhadores não interessam aos partidos e aos sindicatos porque não lhe são úteis; e tampouco podem ser incorporadas às teorias, sob pena de destruir... a pedra angular da 'ciência' marxista, a idéia da força de trabalho-mercadoria, e finalmente, a idéia mesma de "leis econômicas", assim como jogaria por terra a outra pedra angular da sócio-economia marxista, a idéia de que a fábrica capitalista representa uma organização 'racional' e 'científica' e que a evolução técnica é em si lógica e optimal. (Castoriadis, 1979:95)

Segundo o mesmo Castoriadis, Marx estava mais preocupado com a agitação sindical, de sorte que para

ele a resistência do operário na fábrica não podia ser maior que a de um “material inerte” (ibídem:126). Esta omissão de Marx também é percebida por Bernardo (1977) depois de uma cuidadosa leitura de O Capital em busca dos silêncios de seu autor.

No que diz respeito ao lugar das lutas dos trabalhadores, o autor de Economia dos Conflitos Sociais afirma explicitamente que “a prática do proletariado no processo de luta anticapitalista está ausente em O Capital” (ibíd, II:250) e somente quando estuda a jornada de trabalho é que Marx considera com algum detalhe o papel das lutas entre o proletariado e a burguesia. Também Cleaver recorre a esta passagem ilustrar a preocupação de Marx com as lutas dos assalariados. Por seu turno, Castoriadis diz que as ações quotidianas de resistência empreendidas na produção aparecem no Livro I de O Capital em duas ocasiões (a propósito do controle, da vigilância e do salário pôr peça), e ainda assim, “condenadas ao malogro”.

Sobre o lugar da ação dos trabalhadores no sistema de Marx, Bernardo (1977,II:45) diz que...

...na forma de exposição de sua obra, Marx reduz a ação prática do proletariado à uma pura expressão mecânica interna do regime capitalista, considerando-a restrita ao interior do modo capitalista de exploração.

Em outras palavras, não são incluídas na análise as atitudes anticapitalistas dos trabalhadores as quais negam sua condição de mão de obra e se rebelam contra o capital.

É oportuno esclarecer que o autor da citação percebe uma contradição entre a posição política de Marx, inegavelmente comprometida com os trabalhadores, e seu pensamento exposto em O Capital, onde os trabalhadores não aparecem explicitamente, nem principalmente como sujeitos ativos e independentes.

Se em sua obra máxima Marx por vezes não concebe “qualquer papel autônomo à luta da classe operária dentro do capital” (Cleaver, 1985:134), é compreensível que se tornasse corrente e expressiva entre as análises econômicas marxistas, uma interpretação dos trabalhadores como simples força de trabalho. Esta possibilidade se viu estimulada pelo fato das análises marxistas da economia capitalista terem como interlocutora a teoria econômica burguesa, com a qual é impossível dialogar em termos de luta de classes, e que tampouco pode duvidar da existência de fatos e relações puramente econômicas.

Se a teoria econômica acadêmica reconhecesse que as lutas exercem influência no funcionamento da economia, isto corresponderia a uma negação de seus postulados básicos, uma vez que.....toda teoria deste tipo é obrigada a postular que o rendimento, o “produto do trabalho” é uma função, no sentido estrito do termo, do estado da técnica e da quantidade de capital postulado, que a atividade dos operários *torna falso*, ou mais exatamente, *priva de sentido* (Castoriadis, 1979:95).

Talvez por razões semelhantes, também no seio do marxismo, que se considera um instrumento da revolução operária, o proletariado tem sido estudado como um elemento subordinado e subsidiário do capital.

### A corrente marxista da luta de classes

Na seção anterior se afirmou que também o marxismo se mostrou incapaz de reconhecer e teorizar sobre a autonomia dos trabalhadores. Se poderia ainda acrescentar que com uma moeda, esta dificuldade tinha dois lados, um econômico e outro político. Na política, a autonomia era praticamente incompatível com a noção de partido dirigente adotada pelo movimento comunista internacional; na esfera da economia, pelos motivos antes mencionados, a economia política, não podia deixar de apresentar, ainda que criticamente, a visão do capital, para quem os trabalhadores são considerados como fator de produção e/ou como consumidores. Em qualquer caso os trabalhadores unicamente existem para e a partir do capital.

É por isso que aqueles que buscam explicar o movimento da sociedade como sendo determinado pelas lutas operárias ou ainda, pelos conflitos sociais, são levados, como quem caminha pôr uma rua sem saída, a uma dupla ruptura: com a economia política e com as organizações que tradicionalmente foram consideradas, pelo marxismo dominante, como os condutores naturais das lutas dos trabalhadores: os partidos comunistas e os sindicatos.

O monopólio destas duas instituições não podem ser aceitos porque as lutas, como argumenta Cleaver (1985), não se limitam às iniciativas daquelas organizações, que não raramente se opõem a elas. Como já foi anteriormente mencionado, podem ser mais importantes as lutas quotidianas e implícitas, para as quais “as organizações e manifestações explícitas representam apenas a pequena parte emersa do icebergue” (Castoriadis, ibíd.:96).

Em "Uma leitura política de O Capital" obra que tem sido uma fonte pródiga para a presente investigação, o economista norte-americano apresenta um síntese das análises dos três grandes movimentos políticos que leram a obra máxima de Marx com as lentes da política, vale dizer, na perspectiva dos embates que o trabalhadores e os capitalistas travam, para conservar e aumentar as respectivas parcelas de poder na sociedade: Nos EUA, a tendência John-Forest; na França, o grupo da revista *Socialismo e Barbárie* e na Itália, a Nova Esquerda.

Assim, nos anos 50 a tendência John-Forest já interpretava o Taylorismo e o Fordismo como um novo ciclo na luta de classes e as novas tecnologias como formas de dominação; porém não deixavam de mencionar a capacidade de combate dos trabalhadores, independentemente dos sindicatos e dos partidos.

Sob a liderança de Claude Lefort e Cornelius Castoriadis, o grupo que criou a revista "Socialismo ou Barbárie" também provinha do Trotskismo e coincidia com a "Tendência" quanto ao peso das lutas autônomas dos novos segmentos da classe trabalhadora -jovens, mulheres, negros e imigrantes- que cresciam desde o final da segunda guerra e chegaram ao máximo nos anos 60 e 70.

No entanto, foi na Itália onde a onda autonomista alcançou os mais importantes desdobramentos teóricos e práticos. Raniero Panzieri, Mário Tronti, Sérgio Bologna, entre outros, direcionaram sua atenção para as lutas que os trabalhadores empreendiam sem a tutela dos sindicatos e dos partidos, e transformaram-nas em matéria prima para suas análises do capitalismo.

Cleaver destaca a Panzieri porque este elaborou, como base na luta capital-trabalho, uma compreensão geral tanto da organização do trabalho como da tecnologia capitalista. Comentando o artigo "Mais valia e planejamento: notas sobre a leitura de O Capital",<sup>9</sup> Cleaver afirma que o trabalho de Panzieri permite concluir que "em última instância, o trabalho é o único elemento que o capital não pode planejar.

Esta observação é preciosíssima para uma compreensão do capitalismo alternativa à defendida pelas classes dominantes. No entanto, em nossa opinião Mário Tronti parece ter levado a questão da autonomia para um terreno completamente diferente e muito pouco freqüentado. Ele propõe que a história seja olhada desde o ponto de vista do trabalho e sustenta, ainda, que os acontecimentos teóricos e práticos não

podem ser vistos à margem das lutas.

Ao comentar os "Principles of Economics" de Marshall, Tronti (1982) expõe claramente o núcleo de uma explicação da sociedade que tenha a classe trabalhadora como ator principal. Ao analisar a luta de classes nos EUA no período 1933-47, este cientista pode perceber algo que antes era invisível: "a relação entre as lutas e a ciência, entre as lutas e a organização obreira...(ibid.:155). Os acontecimentos deste período o ensinaram "de forma definitiva", que "para compreender os vários níveis de desenvolvimento social, como o Estado, a ciência e a organização", se deveria partir das lutas operárias (ibid.:156).

Cleaver (1985), que tem sido citado com frequência, tem sua própria contribuição ao pensamento autonomista, que consiste na leitura política do capítulo I (A mercadoria) de O Capital, leitura que implica em dois momentos: 1) mostrar como cada categoria e cada relação se articulam e ao mesmo tempo evidenciam a luta de classes; 2) mostrar o que isto significa para a estratégia política da classe trabalhadora.

Não é difícil perceber o quanto esta proposta se diferencia da exposição feita por Marx, cuja análise da mercadoria é feita sem qualquer referência à luta de classes. Esta perspectiva permite visualizar o capitalismo de uma maneira inusitada, ainda entre os marxistas: como um sistema social que se baseia na imposição do trabalho y no ou melhor, através do controle sobre os meios de produção. Nestes termos, o desenvolvimento do capitalismo não é outra coisa que a imposição do trabalho por meio da mercadoria.

Por não abandonar os conceitos de poder e de controle, as análises de Cleaver não caem no economicismo. E ao estudar o duplo aspecto da mercadoria -valor de uso e valor de troca- ele sustenta que o próprio da classe trabalhadora é enfocá-la como valor de uso, por sua capacidade de suprir necessidades; em oposição a esta percepção, o aspecto de valor de troca é a visão do capital, que enxerga as mercadorias unicamente como "meros meios para a finalidade de incrementar-se a si mesmo e a seu controle social, pela via da realização da mais-valia e do lucro" (Cleaver, ibid.:218).

É de 1979 a primeira edição inglesa de "Uma leitura política de O Capital". Dez anos depois, ao analisar a crise da dívida externa, Cleaver (1989) criticou a tese marxista que a considerava um resultado inevitável das leis internas do capitalismo e via o proletariado

como vítima. Interpretando toda crise do capital como expressão da resistência da classe trabalhadora ao processo de acumulação, para ele a crise da dívida se apresentava como um sintoma da continuidade da crise de controle capitalista sobre o trabalho e da capacidade da classe trabalhadora para evitar sua desagregação. Em outras palavras, todo o processo de endividamento, que abarcou um grande número de países, se inscrevia num ciclo internacional da luta de classes.

Talvez a explicação mais sistematizada do desenvolvimento do capitalismo e pôr tanto, do pensamento econômico, com base na luta de classes, se encontra na obra de João Bernardo. O título de um de seus livros, "Economia dos conflitos sociais", pôr si mesmo corrobora esta afirmação.

A estreita articulação das lutas como o desenvolvimento do capitalismo é possível e mesmo inevitável porque Bernardo deduz as principais características do capitalismo contemporâneo, inclusive as institucionais, como desdobramentos impostos pela produção da mais-valia absoluta e relativa; ao mesmo tempo, mostra a luta de classes como uma derivação do antagonismo social presente no mesmo modelo.

Importa destacar que se trata de um modelo de antagonismo social, devido à tensão entre os dois pólos que o constituem enquanto relação social: de um lado os trabalhadores incorporando tempo de trabalho ao produto e de outro, o capital apropriando-se deste produto. A relação entranha o conflito porque a capacidade que tem a força de trabalho de operar pôr um tempo superior ao que traz incorporado não garante que ela o faça, e muito menos que o faça na quantidade requerida pelo seu comprador. Esta indeterminação é a causa originária da luta de classes, que pôr isso mesmo é inevitável e permanente. A esta reflexão Castoriadis (1979:93) acrescenta que, ao tentar escapar da incerteza vinculando o salário ao rendimento, o que o capitalista consegue é propagar o conflito, de modo que "toda a organização do trabalho e da empresa se torna objeto da luta".

Faz-se necessário acrescentar mais duas observações. Em primeiro lugar, que a luta de classes compreende todos os movimentos e atitude de ambos os lados, objetivando seus fins particulares: os trabalhadores para diminuir o tempo de trabalho incorporado e os capitalistas para aumentá-lo. Em segundo lugar, que a luta de classes nasce da contradição na produção, mas transborda e alcança

todos os espaços da vida social.

Quando têm como finalidade a diminuição do tempo de trabalho, quer dizer, aumentar o valor da força de trabalho ou mesmo atenuar sua exploração, as lutas "são um componente do capitalismo, na segunda determinação da lei do valor."

Para finalizar importa destacar que as lutas são imprescindíveis ao modo de produção, inclusive porque se a exploração fosse ilimitada, haveria a possibilidade lógica da extinção física da classe trabalhadora. No entanto, através de sua luta no interior do modelo da mais-valia, os assalariados contribuem para o aperfeiçoamento e o fortalecimento dos mecanismos de exploração de que são vítimas, embora outras tenham sido suas intenções. Este resultado é assinalado pôr diversos analistas das sociedades capitalistas avançadas.

### **As lutas operárias e a teoria econômica Keynesiana**

Para ilustrar as argumentações anteriores, nesta seção se oferecem evidências de como as lutas operárias contribuíram para forjar tanto o pensamento de Keynes como as políticas que nele se inspiraram.

Neste sentido, Tronti (ibíd.) sustenta que a teoria econômica, que ele denomina a alta ciência do capital, é uma racionalização do problema operário e que responde, ainda que não explicitamente, a esta questão:

Não devemos buscar nos mais altos ponto pensamento econômico um tratamento direto das lutas operárias: quanto mais alto o nível de elaboração, mais abstrato o movimento das categorias e mais difícil se torna reconhecer a existência de lutas nesse pensamento.

E isto acontece não porque a teoria esteja descolada da realidade, "mas porque lhe é vizinho de uma maneira complexa, não refletindo passivamente as relações de classe, mas antes as expondo-as bem temperadas e elaboradas numa dieta saborosa de conceitos" (ibíd.:137).

É óbvio que Mário Tronti não aceita a autonomia ou a independência da ciência em relação às lutas e aos interesses das classes. Para ele, "qualquer descoberta de uma ciência social objetiva pode e deve ser traduzida na linguagem das lutas. O mais abstrato problema teórico terá o mais concreto significado de classe" (ibíd.:138).

No que diz respeito diretamente à elaboração



conceitual de Keynes, nosso autor argumenta que o mais importante não é saber qual foi a influência do economista inglês sobre Roosevelt, mas sim mostrar que “a situação política da economia norte-americana e a luta de classes nos EUA influenciaram a formação do núcleo central do pensamento de Keynes muito mais do que admitem explicitamente aqueles que vêm nessa perspectiva um perigo científico” (ibíd. 161). Não obstante, o italiano esclarece que não há, na “Teoria Geral, do Juro, do emprego e da Moeda”, um tratamento direto da questão operária.

O'Connor (1984) não somente compartilha as idéias de Tronti, como também avança ao ponto de apontar, onde, na teoria Keynesiana, se encontram as influências das reivindicações dos trabalhadores industriais norte-americanos. Deixemos falar o próprio O'Connor:

Mais importante ainda era o fato da teoria Keynesiana ser, em parte, resultado involuntário da luta de classes operária. Isto se refletia na premissa Keynesiana segundo a qual os salários nominais só eram flexíveis na direção ascendente. Em outras palavras, as lutas da classe operária contra as reduções salariais em períodos de crise econômica «forçaram» Keynes a abandonar a lei de Say e a teorizar a relação entre demanda total e o nível de emprego. (O'Connor, 1984:234/5, itálicas PAV)

O desenvolvimento do capitalismo norte-americano depois dos anos 30 recebeu forte influxo da idéias de Keynes. Se as concepções intelectuais do “Lord” refletiam a luta capital-trabalho, não teriam as políticas e iniciativas tanto estatais como empresariais, a finalidade de assimilar as demandas e/ou de combater a rebeldia dos trabalhadores?

Cleaver (1985) faz uma excelente sistematização dos autores que enfocaram o estado Keynesiano na perspectiva da luta de classes. Segundo este autor, dos anos trinta em diante, a “teoria crítica” vinha denunciando tanto o controle totalitário como a cooptação que, através da ampliação do consumo, o estado Keynesiano exercia sobre os trabalhadores. Por seu turno, Mário Tronti e Antônio Negri enfocaram “a estratégia keynesiana como a resposta do capital ao sucesso obtido pelos trabalhadores em sua estratégia de tornar os salários rígidos para baixo” (ibíd.:153). Esta constatação foi possível porque os dois autores descobriram que o núcleo da estratégia de vincular os salários à produtividade, visava eliminar as lutas em torno do estabelecimento dos salários. Foi só nos anos

60 que as demandas salariais e as manifestações de descontentamento com as condições de trabalho revelaram que o “new deal” não podia continuar.

Cleaver (1985:154) observa que ao estabelecer a relação entre as lutas operárias e o Estado do Bem Estar, “estes autores puderam ver que a distinção entre economia e política, que dominava o pensamento esquerdista desde a Segunda Internacional já estava sendo derrubado pelo capital de uma forma nova e dramática”.

### Considerações Finais (?)

Neste texto, se procurou reunir os elementos que permitem vincular o desenvolvimento do capitalismo e da teoria econômica à luta capital-trabalho. O suposto desta proposta é a não aceitação da existência de uma realidade social objetiva e verdadeira, que pode ser desvendada pela ciência.

No caso da teoria econômica, cujo objeto é a sociedade capitalista, este pressuposto implica impugnar a vigência absoluta de leis internas, e reivindicar a indeterminação do desenvolvimento do capitalismo é forjado no cadinho das lutas sociais.

Nos dias atuais, quando, em todas as partes do mundo, o movimento operário se encontra acuado e levado a aceitar uma deterioração das condições de vida, para conservar o emprego e aumentar a competitividade dos capitais individuais; quando as políticas econômicas são aceitas, inclusive pelo movimento sindical, como soluções técnicas, sem qualquer vinculação com interesses de classe, anteriormente apresentadas parecem estar completamente destituídas de sentido.

Não obstante, se pode perguntar, a enorme legitimação das políticas econômicas neo-liberais, não se deve às derrotas que os movimentos socialista e operário vêm sofrendo desde a década de 80, conformando um verdadeiro ciclo depressivo da luta de classes?

Ainda cabe uma última pergunta. Não foi a disposição de luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que levou o governo brasileiro a dar uma resposta, criando o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária?

### Bibliografia

- Arendt, H. (1981), “A Condição Humana”. Forense-Universitária, RJ.  
Bernardo, J. (1977), “Marx crítico de Marx”. Porto, Afrontamento.  
\_\_\_\_\_. (1991), “Economia dos Conflitos Sociais”. São

Paulo, Cortez Editora

Castoriadis, C. (1979). "A experiência do movimento operário", V.I -como lutar. Lisboa, A regra do jogo edições.

Cleaver, H., (1985) "Una lectura política de El Capital". México, FCE.

Davis, M. (1978) "Fordism" in Crisis: a review of Michel Aglietta's Régulation et crises: l'expérience des Etats-Unis, "Review", 2, 2, outono 1978, pg.208

Mandel, E. (1979). "El Capitalismo Tardío". México, Ediciones ERA.

O'Connor (1987). "Crisis y Acumulación". Barcelona, Ediciones Peninsula.

## Notas

Este trabalho se baseia no capítulo I (As lutas operárias no desenvolvimento do capitalismo) da tese de doutorado "Controle da força de trabalho e automatização dos meios de trabalho".

<sup>3</sup>- Ver especialmente o primeiro volume de "Marx crítico de Marx", onde paralelamente às críticas das concepções de Marx, Bernardo expõe suas epistemologia.

<sup>4</sup>-Considerar a mais valia como axioma implica reconsiderar o lugar da teoria do valor no seguinte sentido: "o modelo da mais valia justifica a teoria do valor-tempo de trabalho, enquanto único instrumento conceitual que lhe é adequado." (Bernardo, 1991:59)

<sup>5</sup>-Em "Economia dos Conflitos Sociais", este autor apresenta uma análise do capitalismo contemporâneo como base no modelo da mais valia.

<sup>6</sup>-Sobre o caráter destas análises diz Cleaver (1985:99): "Em cada caso podemos ver como os diversos autores permanecem presos a um mundo onde os conceitos designam relações abstratas e a fonte da crise e do imperialismo se encontra **nas misteriosas 'leis econômicas de movimento' do sistema**, as quais regulam o comportamento da classe capitalista." (negritas PAV)

<sup>7</sup>- "O Capital nos mostra 'as regras do jogo' estabelecidas pelo capital. Estas regras refletem sua própria estrutura interna: a luta contraditória das duas classes. Nosso problema consiste em esclarecer a importância e o significado de cada uma destas determinações e 'regras' para a classe trabalhadora, em lugar de simplesmente aceitá-las como se estivessem dadas de forma objetiva" (Cleaver, 1985:173/4)

<sup>8</sup>-Poucas linhas abaixo O'Connor torna a sobrepor as lutas às leis internas: "O desenvolvimento capitalista em geral no Ocidente, e em particular nos EUA, deu a impressão de ser «inevitável» devido a que as condições objetivas e subjetivas da luta da classe trabalhadora, a reprodução e o auto desenvolvimento foram pólos diferenciados" (ibid.).

<sup>9</sup>-Este artigo se encontra em Erber, F.. (apresentador), "Processo de Trabalho e Estratégias de Classe", Zahar, 1982.